

MORTES NO HOSPITAL

Hipótese de assassinatos “por prazer” é a mais forte

Acusado de matar três pacientes de UTI, o técnico de enfermagem Marcos Vinícius tinha rotina comum, segundo vizinhos. Polícia Civil trabalha em várias linhas de investigação, incluindo mais cúmplices e outras mortes

» DARCIANNE DIOGO
» ANA CAROLINA ALVES
» LETÍCIA MOUHAMAD

Em um apartamento do segundo andar de um residencial no Parque das Barragens, em Águas Lindas (GO), Marcos Vinícius Silva Barbosa de Araújo, 24 anos, passava despercebido entre a vizinhança. Morava com a esposa e saía, dia sim, dia não, para trabalhar no plantão das 7h às 19h no Hospital Anchieta, em Taguatinga. A rotina se repetiu por ao menos um ano. Até que, na madrugada de 12 de janeiro, o silêncio da rua foi interrompido por um barulho incomum: chutes na porta e os gritos de “polícia, deita, mão na cabeça.” Começava ali uma sequência de fatos que desmontaria aquela rotina.

Entre novembro e dezembro de 2025, Marcos Vinícius, na companhia de duas colegas de profissão — Amanda Rodrigues de Sousa, 28, e Marcela Camilly Alves da Silva, 22 —, matou três pacientes internados na UTI, na “ilha 3” do Anchieta. As vítimas, a professora aposentada Miranilde Pereira da Silva, 75; o servidor dos Correios Marcos Moreira, 33; e o servidor da Caesb João Clemente, 63, receberam, na veia, altas dosagens de uma substância química e sofreram paradas cardíacas súbitas.

A Polícia Civil também trabalha com a instauração de um novo inquérito policial para apurar se outras mortes podem ter sido provocada pelos acusados. O delegado Maurício Iacozzilli, da Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa (CHPP), afirma que há várias linhas de investigação. Entre elas, a hipótese de que Marcos teria matado por prazer. “É a mais forte”, afirmou.

As investigações foram expandidas a todos que trabalham nos 100 leitos da unidade, a fim de apurar se há mais profissionais de saúde suspeitos de envolvimento nos crimes. “Mas, por enquanto, não há ninguém mais específico. Os autores também não delataram a participação de mais pessoas, mas esse é o procedimento”, destacou o delegado-chefe da CHPP, Wislei Salomão.

As três mortes ocorreram em pelo menos dois dias de plantão cumpridos por Marcos. Terminada a jornada, voltava para casa como de costume. Camuflava para a esposa, amigos e familiares a personalidade de uma pessoa “divertida” e “de bem com a vida”, segundo relataram ao **Correio** pessoas próximas a ele.

Aos domingos pela manhã, das 7h às 11h, o destino era quase sempre o mesmo. Participava da reunião de jovens em uma igreja evangélica localizada a 2,5km da casa dele. Os encontros, marcados por pregações e cânticos, reúnem cerca de 30 pessoas. Para quem o via, era um jovem dedicado à fé.

O **Correio** esteve em Águas Lindas, onde Marcos morava e congregava. Os vizinhos evitam descrição e limitam-se a dizer que viam. “Sempre quando saía para passear com os cachorros pela manhã, o via com a mochila nas costas. Acho que estava indo trabalhar”, afirmou uma moradora. O prédio onde residia com a mulher tem 10 apartamentos. Desde o dia da prisão, as luzes do imóvel permanecem apagadas.

Notícia impactante

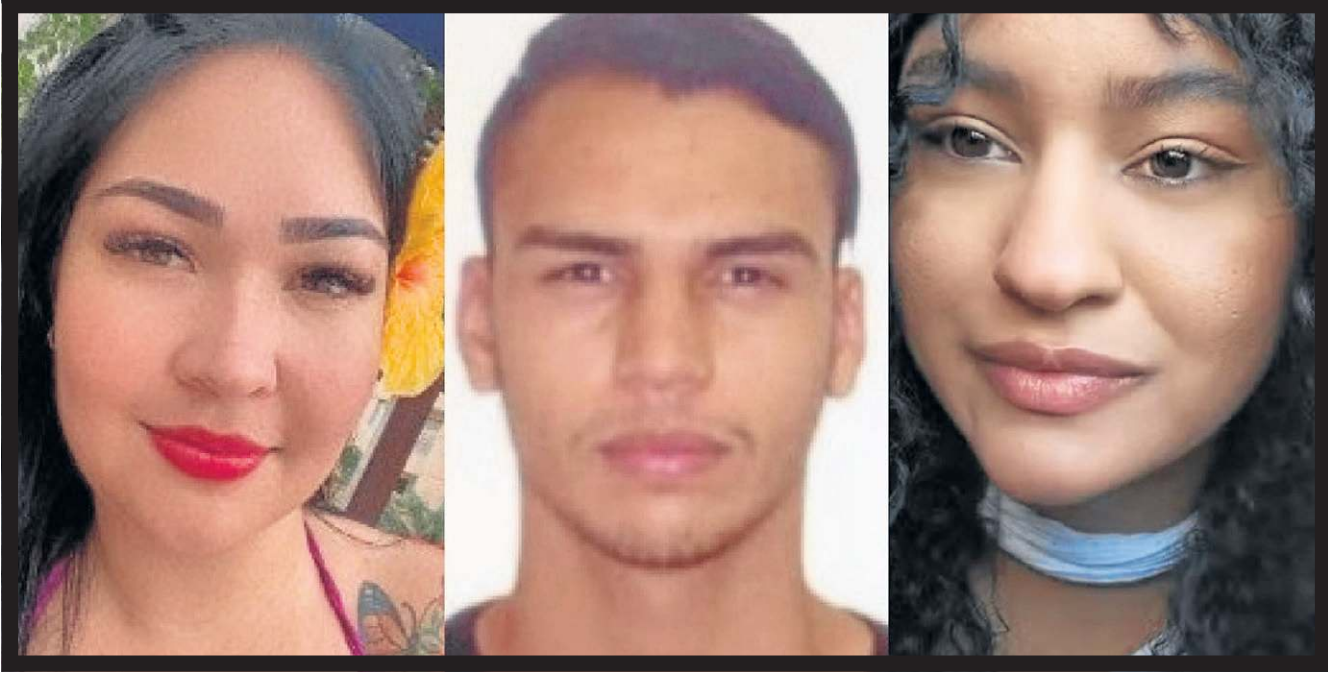
No hospital, a última vítima teria sido Marcos Moreira, servidor dos Correios. Ele deu entrada na unidade em 18 de no-

Redes sociais



As vítimas — Marcos Moreira, João Clemente e Miranildes da Silva — morreram entre novembro e dezembro de 2025

Reprodução/Redes sociais



Amanda, Marcos e Marcela são os três técnicos de enfermagem presos pelos crimes e atuavam na rede privada de saúde

vembro, com fortes dores abdominais. A suspeita inicial era de pancreatite, o que levou ao encaminhamento imediato para a UTI. Pouco depois da internação, sofreu duas paradas cardíacas. Permaneceu em estado grave até morrer, em 1º de dezembro, segundo informou o advogado da família, Vagner de Paula.

Após a morte do paciente, o setor de fiscalização do Anchieta detectou a conduta ilegal dos três técnicos. A comissão levou o caso à polícia e demitiu Marcos, Amanda e Marcela. Uma profissional de saúde relatou que, ao saber da exclusão do quadro de funcionários, Marcos deixou o hospital sorrindo.

Até então, ele não figurava como suspeito. Não tinha antecedentes criminais, ostentava um vasto currículo com passagens em hospitais particulares da capital e dedicava-se ao cristianismo. Era visto como uma pessoa comprometida.

No ensino médio, Marcos manifestava desejo declarado de seguir carreira na área da saúde. O relato é de uma ex-professora do investigado, que deu aulas para ele

durante o primeiro ano do ensino médio e acompanhou de perto seus planos profissionais. Segundo recorda a docente, o rapaz participou de uma atividade escolar em que os alunos deveriam apresentar trabalhos sobre a profissão que pretendiam seguir no futuro. Na ocasião, ele já cursava técnica em enfermagem e manifestava o objetivo de se tornar enfermeiro. “Ele apresentou o trabalho vestido de jaleco, falou que queria ser enfermeiro e que sonhava em estudar enfermagem na UnB”, relatou ao **Correio**.

Além do interesse acadêmico, a ex-professora descreveu Marcos como um aluno querido e bem relacionado. “Era uma pessoa solar, alegre, divertida, muito carinhosa. Ele andava sempre com as meninas, era muito afetuoso, e todos tinham muito carinho por ele”, afirmou. Segundo o relato, colegas e professores viam o jovem como alguém comunicativo e respeitoso no ambiente escolar. O choque ao reconhecer o ex-aluno em reportagens sobre o caso foi imediato.

“Quando vi a foto na notícia, pensei: eu conheço essa pessoa. Foi muito impactan-

te”, disse. A professora contou que passou a acompanhar as reportagens com atenção e se surpreendeu com as informações divulgadas até o momento, especialmente sobre o perfil das vítimas. Para ela, outro aspecto que causa perplexidade é o fato de o caso envolver mais de um profissional. “Muito difícil de entender”, afirmou, em referência às prisões temporárias das técnicas Amanda e Marcela.

Amanda e Marcela

A investigação também se debruça sobre o histórico das duas técnicas presas. Amanda Rodrigues de Sousa, uma das presas, passou por, ao menos, cinco hospitais privados do DF e um da rede pública de saúde. Em 2020, trabalhou no Hospital da Criança de Brasília por oito dias e pediu desligamento. Em 2024, participou de outro processo seletivo, foi aprovada e trabalhou no HCB por quatro meses. Após o período de experiência, foi desligada. Em 2025, concorreu em mais uma seleção da instituição e foi reprovada.

Possíveis penas

Segundo o professor de direito penal do Ibmec Brasília, Tédney Moreira, a responsabilização criminal dos técnicos de enfermagem investigados depende diretamente do resultado das apurações policiais. “Se ficar caracterizada imperícia, ou seja, erro técnico na atividade profissional, eles podem responder por homicídio culposo, cuja pena pode chegar a três anos de reclusão”, explicou. No entanto, caso seja comprovada a intenção de matar, os investigados poderão responder por homicídio doloso qualificado. “Nesse cenário, a pena varia de 12 a 30 anos, podendo ser agravada se houver meio cruel, recurso que dificultou a defesa da vítima ou motivação torpe ou fútil”, afirmou.

O especialista destacou ainda que a condição de profissionais da saúde pode agravar a punição em eventual condenação. “O Código Penal prevê aumento de pena de um terço quando o crime decorre de imperícia profissional. Já nos casos de homicídio doloso, esse mesmo aumento pode ser aplicado se a vítima tiver mais de 60 anos”, disse. Além disso, Tédney Moreira ressaltou que também pode ser imputado o crime de exercício ilegal da arte farmacêutica, caso fique comprovado que os técnicos extrapolaram suas atribuições. “Nesse caso, a pena é de seis meses a dois anos de detenção, podendo haver multa se houver intenção de obtenção de lucro”, completou.

Sobre a possibilidade de punição em razão do número de vítimas, o professor explicou que as penas podem ser somadas. “Os réus respondem por cada uma das vítimas. Se ficar comprovado que os homicídios ocorreram por ações distintas, aplica-se o concurso material, com soma das penas. Se houver continuidade delitiva, com mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução, aplica-se uma única pena, aumentada de um sexto a dois terços”, detalhou.

No campo cível, ele destacou que os familiares podem buscar indenização não apenas contra os técnicos, mas também contra o hospital. “Embora não haja responsabilidade penal da instituição, na esfera cível o hospital pode ser responsabilizado objetivamente, desde que comprovada a falha na prestação do serviço”, concluiu.

O Conselho Regional de Enfermagem (Coren-DF) solicitou à polícia acesso aos autos do processo, que corre sob sigilo. A depender das conclusões, a penalidade aos envolvidos pode variar de advertência à cassação definitiva do registro profissional.

Conforme informações de uma rede social, no período em que foi presa, Amanda trabalhava na UTI para adultos de um hospital particular localizado em Taguatinga e na Asa Norte, onde atuou por nove meses. No Anchieta, ela passou pouco mais de um mês, tempo semelhante ao que Marcos trabalhou nesta mesma instituição. Nos demais hospitais — com unidades localizadas na Asa Sul, Asa Norte, Taguatinga Sul, Lago Sul, Águas Claras e Gama —, a suspeita tinha como funções a administração de medicações, o atendimento aos pacientes e serviços ligados à enfermagem cirúrgica.

Assim como Amanda, Marcela tentou ingressar na instituição como jovem aprendiz, em junho de 2022, mas foi eliminada. Marcos tentou uma vaga de técnico de enfermagem no Hospital de Base, por meio do processo seletivo do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF (IgesDF), em setembro de 2024, porém também foi reprovado. O Iges confirmou ao **Correio**, em nota, que “os três técnicos de enfermagem suspeitos nunca tiveram nenhum vínculo empregatício com o Instituto”.